

# A AQUICULTURA, O CULTIVO DO CAMARÃO E A INCLUSÃO SOCIAL NO MEIO RURAL DO NORDESTE

Eduardo Rodrigues  
Josemar Rodrigues  
[abccam@abccam.com.br](mailto:abccam@abccam.com.br)

Os países emergentes da zona tropical, entre eles o Brasil, ainda confrontam sérios problemas sociais cujas soluções propostas, pela dimensão dos desafios, se apresentam nebulosas em termos de clareza dos reais efeitos socioeconômicos que possam ter e do alcance espacial ou amplitude em relação aos grupos sociais a que se dirigem. Estamos falando da inclusão social de uma parte considerável da população das nações emergentes que ainda vive sob restrições e que não tem perspectivas claras de ascensão na escala social, pela dificuldade dos governos em encontrar saídas eficientes e de efeitos eficazes no plano social e econômico. Essa situação se faz muito mais visível e sentida quando se trata das populações que habitam o meio rural e, nesse caso, os grupos mais vulneráveis são aqueles localizados nas regiões menos desenvolvidas dos países, como é caso típico de comunidades rurais do Nordeste brasileiro que, apesar dos planos governamentais de proteção social que lhes proporcionam algum alívio da pobreza, clamam por soluções definitivas para sua ascensão social desde tempos imemoriais.

Ante o desafio embutido no problema e apesar da pressão para seu encaminhamento, o governo se retrai ou posterga os planos e programas por não estar seguro ou não ter uma visão objetiva de seus pretendidos efeitos e impacto em relação às ações propostas. Como promover a geração de emprego e renda de maneira efetiva e sustentável para o pequeno produtor rural e sua família? E para trabalhadores rurais de escassa qualificação profissional? Como encontrar alternativa de trabalho que se ajuste e que ocupe a mão de obra da mulher rural capaz de lhe dar independência? São questões que preocupam a sociedade, que pressionam os governos, que se transformam em desafios, mas que não podem nem devem ser postergadas, pelo menos no caso do Nordeste. Urge buscar e acionar medidas pró-ativas que ajustem à realidade do campo e tenham efeitos positivos e permanentes.

A ascensão social é um processo presente na área urbana do Brasil. Aí estão estudos acadêmicos e pesquisas que mostram a nova realidade nacional. Entretanto, como levar ou transferir esse processo para o meio rural do Nordeste? Esse, entre outros, é um dos desafios do processo de transformações sociais por que passa o nosso país.

Num plano geral, a resposta estaria no grande enfoque de criar políticas públicas, estabelecer estratégias e concentrar esforços voltados para a *interiorização do desenvolvimento*, processo que inexistiu ou se caracteriza por considerável lentidão no Brasil. O nosso PIB continua concentrado nas capitais e suas regiões metropolitanas. Surgem, entretanto, as primeiras luzes no fim do túnel com o IPEA registrando os sintomas iniciais de desconcentração territorial da renda brasileira com o advento das cidades emergentes do interior. São mais de 100 centros urbanos interiorizados que começam a gerar e distribuir riqueza com acentuado dinamismo.

Tirar proveito desse leve movimento de desconcentração territorial da renda nacional parece ser a saída mais à mão para interiorizar o desenvolvimento, ou seja, para levar progresso e permanente e bem-estar às áreas interioranas do Nordeste. Entretanto, com que ações pró-ativas e dentro de quais estratégias? Na busca de alternativas para dinamizar o aspecto econômico do desenvolvimento focado para o interior, sem perder de vistas a preocupação de distribuir a riqueza, a **aquicultura** se apresenta como atividade produtiva viável, cujo crescimento ainda é incipiente no Nordeste e no Brasil, apesar do potencial que dispomos em termos de clima, e disponibilidade de água e solo. Para quem não sabe,

